



10.22633/rpge.v29iesp3.20700



Revista on line de Política e Gestão Educacional
Online Journal of Policy and Educational Management



¹ Universidade Checa de Ciências da Vida Instituto de Educação e Aconselhamento de Praga Departamento de Pedagogia V Lázníčk 3159 00 Praha 5 – Malá Chuchle República Checa.

² Universidade Checa de Ciências da Vida Instituto de Educação e Aconselhamento de Praga Departamento de Pedagogia V Lázníčk 3159 00 Praha 5 – Malá Chuchle República Checa.

O PAPEL E A FUNÇÃO DOS CENTROS DE ACONSELHAMENTO ESCOLAR NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EL PAPEL Y LA FUNCIÓN DE LOS CENTROS DE ORIENTACIÓN ESCOLAR EN EL SISTEMA DE EDUCACIÓN INCLUSIVA

THE ROLE AND FUNCTION OF SCHOOL COUNSELLING CENTRES IN THE SYSTEM OF INCLUSIVE EDUCATION

Lukáš STÁREK¹

starekl@ivp.czu.cz

Jarmila KLUGEROVÁ¹

klugerovaj@ivp.czu.cz



Como referenciar este artigo:

Stárek, L., & Klugerová, J. (2025). O papel e a função dos centros de aconselhamento escolar no sistema de educação inclusiva. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, 29(esp3), e025081. <https://doi.org/10.22633/rpge.v29iesp3.20700>

Submetido em: 02/09/2025

Revisões requeridas em: 10/09/2025

Aprovado em: 17/09/2025

Publicado em: 27/11/2025

RESUMO: Este estudo apresenta uma análise abrangente do papel e das funções dos centros de aconselhamento escolar no sistema de educação inclusiva da República Tcheca. Examina o trabalho dos centros de aconselhamento pedagógico-psicológico, dos centros de educação especial e dos conselheiros escolares, incluindo conselheiros educacionais, especialistas em prevenção, educadores especiais e psicólogos. Com base na legislação atual, literatura e prática educacional, o estudo discute desafios como capacidade de pessoal, colaboração interprofissional e a necessidade de suporte metodológico para professores. Enfatiza a importância da cooperação interdisciplinar, das competências profissionais dos conselheiros e da integração institucional dos serviços de aconselhamento nas escolas. Os resultados sublinham que os centros de aconselhamento são essenciais não só para apoiar os alunos com necessidades educativas especiais, mas também para garantir a sustentabilidade a longo prazo da educação inclusiva. O estudo conclui que o fortalecimento do pessoal, dos recursos metodológicos e do envolvimento estratégico desses centros é vital para melhorar a prática educacional inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Cooperação interdisciplinar. Apoio ao aluno. Instalações de aconselhamento escolar. Pessoal.



RESUMEN: Este estudio presenta un análisis integral del papel y las funciones de los centros de orientación escolar en el sistema de educación inclusiva de la República Checa. Examina el trabajo de los centros de asesoramiento pedagógico-psicológico, de los centros de educación especial y de los orientadores escolares, incluidos los asesores educativos, especialistas en prevención, pedagogos especiales y psicólogos. Con base en la legislación vigente, la literatura y la práctica educativa, el estudio aborda desafíos como la capacidad de personal, la colaboración interprofesional y la necesidad de apoyo metodológico para los docentes. Se enfatiza la importancia de la cooperación interdisciplinaria, de las competencias profesionales de los orientadores y de la integración institucional de los servicios de orientación en las escuelas. Los resultados subrayan que los centros de orientación son esenciales no solo para apoyar a los estudiantes con necesidades educativas especiales, sino también para garantizar la sostenibilidad a largo plazo de la educación inclusiva. El estudio concluye que el fortalecimiento del personal, de los recursos metodológicos y de la articulación estratégica de estos centros es fundamental para optimizar la práctica educativa inclusiva.

PALABRAS CLAVE: Educación inclusiva. Cooperación interdisciplinaria. Apoyo al estudiante. Centros de orientación escolar. Personal.

ABSTRACT: This study presents a comprehensive analysis of the role and functions of school counselling centres within the inclusive education system of the Czech Republic. It examines the work of pedagogical-psychological counselling centres, special education centres, and school-based counsellors, including educational counsellors, prevention specialists, special educators, and psychologists. Drawing on current legislation, literature, and educational practice, the study discusses challenges such as staffing capacity, inter-professional collaboration, and the need for methodological support for teachers. It emphasizes the importance of interdisciplinary cooperation, counsellors' professional competencies, and the institutional integration of counselling services in schools. The findings underline that counselling centres are essential not only for supporting students with special educational needs but also for ensuring the long-term sustainability of inclusive education. The study concludes that strengthening staffing, methodological resources, and strategic involvement of these centres is vital for improving inclusive educational practice.

KEYWORDS: Inclusive education. Interdisciplinary cooperation. Pupil support. School counselling facilities. Staffing.

Artigo submetido ao sistema de similaridade



Editor: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, houve mudanças significativas na abordagem da educação para crianças com necessidades educacionais especiais. O conceito de educação inclusiva, consagrado em documentos internacionais (por exemplo, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [CDPD], 2006) e refletido nas políticas nacionais de educação, representa uma grande mudança.

A política educacional na República Tcheca visa desenvolver um sistema educacional que coloque a educação na vanguarda da sociedade e dos indivíduos. A educação é vista como um valor importante que as pessoas cultivam ao longo da vida.

A educação de qualidade deve estar disponível para todos; todos têm chances iguais de uma vida melhor. Em todos os níveis de ensino, é essencial que os alunos saibam o que se espera deles e o que podem esperar da educação. A educação é baseada no conhecimento humano atual, estimula a criatividade e atende às necessidades da sociedade. As pessoas adquirem conhecimento ao longo da vida e seu interesse pela educação é apoiado por professores experientes. O pessoal docente deve estar adequadamente preparado para o seu papel e deve ser capaz de orientar e motivar os alunos a alcançar os melhores resultados possíveis nos objetivos estabelecidos, tendo em conta a tendência social para a inclusão na educação.

A integração de pessoas com deficiência em uma sociedade de oportunidades iguais tornou-se um dos principais objetivos da educação especial. (Vítková et al., 2007) A inclusão é um conceito que promove a integração de indivíduos com deficiência. Este conceito é entendido como a integração de alunos individuais nas escolas regulares. Baseia-se no arrependimento da rotulagem e da estigmatização e pretende acabar com as instituições especiais e a educação especial. (Michalík et al., 2018) O objetivo principal da inclusão é a educação coletiva de alunos individuais em escolas “regulares”, independentemente de seu nível de deficiência (Hájková & Strnadová, 2010).

O termo educação inclusiva tem sido recentemente aplicado a muitas atividades e práticas, o que pode levar a mal-entendidos. A educação inclusiva pode ser avaliada como um domínio da política educacional na República Tcheca. É essencial estar ciente do que cria inclusão, ou seja, tentativas de mudança, métodos alternativos e formas de trabalho. Um aspecto muito sensível do processo de educação inclusiva é o aspecto moral, o direito de todos os membros da sociedade à igualdade de acesso à educação e também o apoio financeiro à educação inclusiva. Esses são aspectos-chave para colocar em prática a educação inclusiva (Clough & Corbett, 2005).

No contexto da educação inclusiva, é necessário mencionar a família, tanto na perspectiva do ambiente em que a criança/aluno vive e que a influencia, quanto na perspectiva do

parceiro da instituição de ensino. Comunicação, confiança e respeito são as áreas que garantem a eficácia da cooperação entre a escola e a família. Os pais, ou a escola, têm uma responsabilidade compartilhada no processo de educação e educação da criança e, sem cooperação, é impossível garantir uma influência positiva sobre a criança (Stárek et al., 2021).

É muito importante focar no fato de que existem grandes diferenças na educação e tentar não aumentar a já grande lacuna entre os indivíduos. O acesso à educação é para todos, incluindo alunos com necessidades educacionais especiais. É importante ter em conta a acessibilidade e a inclusão, a diferenciação e a individualização no ensino, bem como a ativação dos alunos. Ao mesmo tempo, podemos apoiar a ideia de Daněk e Klugerová (2023) que veem a educação inclusiva como uma ferramenta de exclusão social.

Os centros de aconselhamento escolar desempenham um papel fundamental neste processo, fornecendo apoio especializado para escolas, professores, alunos e suas famílias. Os centros de aconselhamento escolar incluem principalmente centros de aconselhamento pedagógico-psicológico e centros de educação especial. Sua tarefa não é apenas diagnóstico e intervenção, mas também apoio sistemático para um clima escolar inclusivo, apoio metodológico para professores e cooperação interdisciplinar. Estas instalações são parte integrante do sistema mais vasto de orientação escolar, que visa criar condições para a plena participação de todas as crianças na educação. Dada a crescente diversidade da população escolar e as exigências colocadas aos professores, a importância do trabalho destas instalações está a aprofundar-se. Outro exemplo também deve ser mencionado, mas não é o assunto deste texto profissional.

Trata-se do centro de cuidados educativos, que é um estabelecimento escolar criado com base na Lei nº 109/2002 Coll., Lei relativa à execução do ensino institucional ou do ensino de proteção nos estabelecimentos escolares e aos cuidados educativos preventivos nos estabelecimentos escolares e às alterações a outras leis. Os centros de cuidados educativos prestam cuidados preventivos e educativos a crianças, alunos e estudantes em risco de apreendimento e desenvolvimento de perturbações do comportamento, prestando também os seus serviços e assistência aos pais (representantes legais) ou à escola. Os centros de atendimento educacional são formados por trabalhadores pedagógicos, educadores especiais e psicólogos que podem ser contatados em casos de problemas comportamentais de crianças, alunos e estudantes.

A educação inclusiva de alta qualidade requer não apenas um ambiente escolar aberto e respeitoso, mas também um sistema de apoio profissional. Nesse contexto, o pessoal da escola e dos serviços de aconselhamento escolar, que enfrentaram demandas crescentes das escolas e dos pais nos últimos anos, é absolutamente crucial. Como indicam as análises atuais, a disponibilidade de profissionais qualificados — incluindo psicólogos escolares, educadores especiais, conselheiros educacionais e metodologistas de prevenção — é muitas vezes

insuficiente, desigual e dependente do tamanho e tipo de escola e das condições regionais. (Mapa vzdělávání, 2023).

Essa disparidade de pessoal pode afetar significativamente a qualidade dos serviços de aconselhamento e, portanto, o próprio processo de educação inclusiva. É por isso que é essencial prestar maior atenção tanto à formação deste pessoal como ao seu apoio sistemático e integração na estrutura organizacional da escola.

REVISÃO DE LITERATURA

Apoio legislativo e direitos

O direito à educação é um direito humano fundamental. Depois de 1990, a estrutura do sistema escolar na República Tcheca foi criada como parte da equalização de oportunidades educacionais. Garante o direito de cada indivíduo a uma educação de acordo com suas habilidades e habilidades. Estes direitos também são regulados na versão atual da Lei da Educação nº 82/2015 sobre o ensino pré-escolar, primário, secundário, superior profissional e outros (alteração à Lei nº 561/2004). Esta lei garante a educação de acordo com as necessidades de cada indivíduo, igualdade de acesso à educação para todos sem discriminação, educação gratuita e a possibilidade de aprendizagem ao longo da vida para os indivíduos.

Ao mesmo tempo, define e regula o sistema educacional para alunos com necessidades educacionais especiais, que incluem alunos com deficiência mental. O objetivo das mudanças legislativas era mudar de forma abrangente o ambiente para a educação inclusiva nas escolas primárias. A educação das crianças, dos alunos e dos estudantes pode ser realizada com a ajuda de medidas de apoio. A lei define:

Medidas de apoio significam ajustes necessários na educação e nos serviços escolares apropriados à saúde, origem cultural ou outras condições de vida de uma criança, aluno ou estudante. As crianças, os alunos e os estudantes com necessidades educativas especiais têm direito à prestação gratuita de medidas de apoio por parte da escola e do estabelecimento de ensino.

Os alunos com necessidades educativas especiais têm direito, nos termos da lei acima referida, à prestação de medidas de apoio, que consistem na prestação de assistência de aconselhamento, adaptação da organização, ajudas, local de trabalho, utilização de ajudas compensatórias, educação de acordo com um plano individual, recurso a um assistente de ensino ou outro pessoal docente etc.

A regulamentação das regras para a educação das crianças, dos alunos e dos alunos com necessidades educativas especiais e para a educação dos alunos a que se refere o artigo 16º, n.º 9, da Lei da Educação é tratada em pormenor no Decreto nº 27/2016. Este Decreto caracteriza as possibilidades de medidas de apoio que conduzam à correção de problemas de aprendizagem e educativos de um aluno devido a uma condição médica e também trata de um plano de educação individual para alunos com necessidades educativas especiais.

A educação é também uma das componentes básicas da integração de um indivíduo na sociedade. A promoção da integração e da igualdade de oportunidades na educação também é evidente na adesão da República Tcheca à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (que foi feita em 2009), que toma a deficiência como um conceito de interação e busca combater a discriminação e, inversamente, promover a igualdade de oportunidades. O objetivo deste tratado é proteger e garantir o reconhecimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência, incluindo as pessoas com deficiência intelectual.

Além disso, ao assinar a Convenção, a República Checa comprometeu-se a eliminar preconceitos e estereótipos contra as pessoas com deficiência na sociedade. Garante, assim, entre outras coisas, a criação de condições para a igualdade de oportunidades na educação, o desenvolvimento de talentos, criatividade ou potencial e a promoção de uma abordagem inclusiva na educação. Garante ainda auxiliar na aquisição de conhecimentos práticos e teóricos de acordo com as capacidades e competências de cada indivíduo e proporcionar um ambiente, forma de ensino ou acesso adequados a todos os níveis de ensino (CDPD, 2006).

Um padrão importante é o Currículo Nacional, que apresenta currículos estruturais que definem a direção e o conteúdo do ensino para diferentes tipos de instituições educacionais e para diferentes níveis de ensino. Os Programas-Quadro de Educação são regulamentados pelo Ministério da Educação, Juventude e Esportes da República Tcheca. O RVP é também instituído para a educação pré-escolar e regula o currículo e o conteúdo do ensino nos jardins de infância ou escolas especiais.

Existe também um Currículo Quadro para o Ensino Primário, que regula a educação dos alunos com deficiência mental ligeira, no âmbito do qual o processo educativo é adaptado de acordo com as capacidades físicas e psicológicas dos alunos. Há também um currículo-quadro para escolas primárias especiais e um currículo-quadro para o ensino profissional. Esses programas fornecem os currículos básicos nos quais as escolas individuais baseiam posteriormente a preparação e implementação do ensino, incluindo escolas para alunos com deficiência intelectual (Equipe de autores, 2017).

Os currículos de enquadramento são seguidos pelos currículos escolares, que são desenvolvidos por cada uma das próprias escolas, com base no currículo de enquadramento concebido para o tipo de ensino desse tipo de estabelecimento. Se necessário, é então desenvolvido um plano de educação individual para os alunos, que é particularmente adequado para

alunos integrados individualmente, alunos com deficiência intelectual, mas também para alunos integrados em grupo ou alunos em contextos escolares especiais. Baseia-se no currículo escolar e é elaborado de acordo com as informações dos resultados dos exames psicológicos e de educação especial. O plano descreve o conteúdo e o tempo das aulas para corresponder às habilidades e habilidades dos alunos. Enumera também todas as medidas de apoio a utilizar na aprendizagem do aluno. Este plano geralmente é elaborado antes do aluno começar a escola, mas pode mudar conforme necessário durante o ano letivo.

As medidas de apoio estão consagradas na legislação checa, nomeadamente a Lei n.º 82/2015, que altera a Lei n.º 561/2004, relativa ao ensino pré-escolar, primário, secundário, superior profissional e outros, e o Decreto n.º 27/2016, relativo à educação de alunos com necessidades educativas especiais e de sobredotados. As medidas de apoio consistem em assistência de aconselhamento da escola e do centro de aconselhamento escolar. Com base nas suas recomendações, são introduzidos ajustamentos na organização do conteúdo, da avaliação, das formas e dos métodos de educação e dos serviços escolares, incluindo a oferta de ensino de disciplinas de educação especial e incluindo o alargamento da duração do ensino profissional secundário ou superior por um período máximo de dois anos.

Além disso, as condições de admissão e conclusão do ensino devem ser alteradas. Serão definidos o uso de materiais compensatórios, livros didáticos especiais e materiais didáticos especiais, o uso de sistemas de comunicação para surdos e surdocegas e os resultados de aprendizagem esperados dentro dos limites estabelecidos pelos programas-quadro de educação e programas de educação credenciados. Prevêem também a possibilidade de educação de acordo com um plano de educação individual ou o recurso a um assistente ou outro agente pedagógico (intérprete, transcritor etc.) (Lei n.º 82/2015).

A gravidade das deficiências individuais requer vários graus de apoio para garantir que o efeito resultante seja o mais aceitável possível para o aluno, ao mesmo tempo em que alcança os melhores resultados possíveis dentro dos limites do que é possível. As medidas de apoio dividem-se em cinco níveis, de acordo com as necessidades organizacionais, pedagógicas e financeiras. As medidas de apoio podem ser combinadas. As medidas de apoio dos níveis superiores são utilizadas apenas quando as medidas de apoio dos níveis inferiores são insuficientes para satisfazer o potencial educativo do aluno. A inclusão nas medidas de apoio é determinada pelo regulamento de execução.

As medidas de apoio do primeiro nível são aplicadas pela escola sem recomendação do centro de aconselhamento; as medidas de apoio do segundo ao quinto nível só podem ser aplicadas com uma recomendação do centro de aconselhamento. O consentimento prévio e informado por escrito do aluno adulto ou responsável legal é sempre uma condição para o fornecimento de medidas de apoio de segundo a quinto nível. Se, com base na recomendação do centro de aconselhamento, deixar de ser necessário fornecer uma medida de apoio de

segundo a quinto nível, a escola deve deixar de fornecer após consulta ao aluno ou representante legal.

Nos Estados Unidos, a educação inclusiva é regulamentada pela Lei de Educação de Indivíduos com Deficiência (IDEA, 1990), que garante o direito a uma educação gratuita e acessível para todas as crianças com deficiência. Esta lei exige que as escolas forneçam os chamados Planos Individuais de Educação (IEPs), que estabelecem apoios específicos para cada aluno com necessidades especiais.

Uma comparação das abordagens internacional e nacional mostra que, embora alguns países tenham uma longa tradição de educação inclusiva e a legislação seja desenvolvida de forma abrangente, em outros países ainda existem barreiras institucionais que impedem a plena implementação da inclusão.

Centro de aconselhamento educacional e psicológico

O centro de aconselhamento pedagógico-psicológico é um elo fundamental no sistema de estruturas de aconselhamento escolar, cujas atividades são essenciais para a implementação da educação inclusiva nas escolas regulares. É uma instalação especializada que presta serviços de aconselhamento, diagnóstico, intervenção e metodológicos no campo da educação, educação e desenvolvimento psicológico de crianças e jovens. Os centros de aconselhamento pedagógico-psicológico são criados como parte da rede de estabelecimentos escolares de acordo com a legislação acima referida.

A principal função do centro de aconselhamento pedagógico-psicológico é a avaliação profissional das necessidades educativas especiais dos alunos, a identificação de riscos no seu desenvolvimento e educação e a proposição de medidas de apoio adequadas. As atividades de diagnóstico realizadas nessas instalações são baseadas em uma abordagem multidisciplinar, combinando os conhecimentos de pedagogia, psicologia, educação especial e outras áreas afins.

Com base em uma avaliação diagnóstica abrangente, é elaborada uma recomendação, que é um documento vinculativo para a escola e o provedor. Este resultado inclui informações sobre a natureza das necessidades educativas especiais da criança, uma proposta de colocação num regime educativo adequado (por exemplo, escola regular com medidas de apoio), formas específicas de apoio e, se for caso disso, recomendações de cooperação com outras instituições.

No contexto da educação inclusiva, os centros de aconselhamento pedagógico-psicológico desempenham um papel crucial na garantia da igualdade de acesso à educação. Ajudam a identificar não só os alunos com dificuldades de aprendizagem no desenvolvimento, comportamentais ou outras, mas também os alunos com sobredotação ou em risco de desvantagem

social. Isso promove o conceito de diversidade na sala de aula e ajuda a individualizar o processo educacional.

Os centros de aconselhamento prestam apoio metodológico às escolas na implementação de medidas de apoio, elaboram planos de intervenção e participam ativamente no desenvolvimento de planos educativos individuais. Esta cooperação com as escolas pode assumir a forma de consultas pontuais, bem como de apoio a longo prazo no âmbito dos chamados “cuidados partilhados”, em que os profissionais dos centros de aconselhamento visitam as escolas e participam na resolução de casos específicos directamente no seu ambiente (Pivarč, 2020).

A prevenção do insucesso escolar, dos comportamentos de risco e do abandono escolar precoce é também uma parte importante do trabalho dos centros de aconselhamento pedagógico-psicológico. Os centros de aconselhamento estão envolvidos no desenvolvimento e implementação de programas de prevenção, atividades educacionais e seminários destinados a promover a saúde mental, fortalecer as habilidades sociais, desenvolver um clima escolar saudável e construir relacionamentos positivos entre alunos e professores. A equipe de aconselhamento — psicólogos, educadores especiais e educadores sociais — geralmente atua como mediadora em casos de conflito, bullying ou outros problemas de relacionamento. (Tomková et al., 2020)

Do ponto de vista da segurança profissional, é importante sublinhar que o pessoal dos centros de aconselhamento pedagógico-psicológico deve responder a elevadas exigências em termos de qualificações e formação. O seu trabalho requer não só um conhecimento profundo da teoria da área, mas também a capacidade de aplicar métodos de diagnóstico, intervenção e aconselhamento numa variedade de contextos escolares. Ao mesmo tempo, esses profissionais enfrentam desafios relacionados à escassez de pessoal, alto número de clientes e pressão para a rápida implementação administrativa de encaminhamentos (Šteh et al., 2023).

Por último, mas não menos importante, o papel indispensável dos centros de aconselhamento pedagógico-psicológico na transição dos alunos entre os níveis de ensino, especialmente na transição do ensino pré-primário para o primário e depois para o ensino secundário. Nestes casos, os centros de orientação prestam apoio de diagnóstico e orientação profissional, tendo em conta as especificidades do desenvolvimento individual, das capacidades e do contexto social do aluno.

O centro de aconselhamento pedagógico-psicológico atua, portanto, como uma instituição complexa cujas atividades vão além de um exercício de diagnóstico pontual e visam fornecer apoio contínuo às escolas e famílias na área da educação inclusiva. O funcionamento eficaz dessas instituições depende de cooperação interdisciplinar de alta qualidade, erudição profissional da equipe, confiança pública e apoio sistêmico do Estado. O seu contributo para a formação da educação inclusiva reside sobretudo no facto de ser capaz de mediar a ligação

entre o aconselhamento profissional e a realidade pedagógica das escolas, contribuindo assim para a concretização do princípio da igualdade e do acesso à educação para todos.

Centro de Educação Especial

O Centro de Educação Especial é uma instalação de aconselhamento escolar especializado que se concentra em fornecer apoio especializado a crianças, alunos e alunos com deficiência. Esses centros são criados em escolas estabelecidas para a educação de alunos com deficiência e prestam serviços de acordo com as disposições da Lei da Educação e regulamentos de implementação relacionados. As suas atividades são altamente profissionais, individualizadas e baseadas num conhecimento profundo das especificidades de cada tipo de deficiência, com ênfase na cooperação com a família e a escola como parceiros fundamentais na educação da criança.

A principal função do centro de educação especial é fornecer aconselhamento, diagnóstico, intervenção e apoio metodológico no campo da educação de alunos com deficiência. O Centro funciona com base no princípio da subsidiariedade e da abrangência do apoio - baseia-se nas necessidades específicas da criança, tem em conta o grau e o tipo de deficiência e propõe medidas de apoio adequadas destinadas a realizar o potencial educativo da criança.

Os centros de educação especial são competentes para formular recomendações de peritos sobre a inclusão de uma criança num regime de educação especial, para conceder medidas de apoio de segundo a quinto grau e para cooperar na elaboração de planos de educação individuais. Os diagnósticos realizados no centro de educação especial são baseados em uma combinação de métodos pedagógicos, psicológicos, de educação especial e de avaliação social (Růžička et al., 2020). A aprendizagem cooperativa, que substitui a competitividade tradicional, desempenha um papel crucial no fortalecimento dos laços sociais entre os alunos e no desenvolvimento de suas habilidades colaborativas (Bačová, 2024).

As atividades profissionais do Centro estão estreitamente ligadas à promoção da educação inclusiva, uma vez que os Centros não só identificam as necessidades educativas especiais dos alunos, mas também apoiam a sua inclusão no sistema de ensino regular através do trabalho sistemático com professores, assistentes de ensino e outros membros do centro de aconselhamento escolar. O pessoal do centro — educadores especiais, psicólogos ou outros profissionais — presta consultoria metodológica, intervenção e supervisão na educação de alunos com deficiência diretamente no ambiente escolar. Muitas vezes, trata-se de uma forma de cooperação baseada no terreno, com o pessoal do centro a visitar a escola, observar o ensino e fornecer consultas específicas sobre a adaptação dos métodos de ensino, a comunicação com a criança ou a adaptação do ambiente escolar (Najmonová et al., 2023). O papel do centro de educação especial no campo da educação e apoio às famílias de crianças com deficiência

também é significativo. O centro fornece aos pais aconselhamento especializado, facilita os contactos com outras instituições de apoio (por exemplo, cuidados precoces, unidades de cuidados de saúde, serviços sociais) e atua como uma importante fonte de informação sobre as opções de integração escolar da criança.

A equipe do centro geralmente atua como guia para as famílias por meio do sistema de medidas de apoio, ajuda os pais a navegar pelos requisitos legislativos e contribui para reduzir sua incerteza ou medo da inclusão. Em termos de pessoal, os centros especiais são formados por pessoal altamente qualificado com experiência em deficiências específicas — normalmente deficiências auditivas, visuais, físicas, intelectuais, transtornos do espectro do autismo ou deficiências múltiplas. Esta especialização estreita é uma das principais características destes centros e distingue-os do foco mais vasto dos centros de aconselhamento psicológico educativo. Ao mesmo tempo, porém, esta especialização requer formação contínua, supervisão e partilha de experiências entre centros, uma vez que o domínio da deficiência e o seu impacto na educação evoluem à luz das novas investigações e das inovações pedagógico-tecnológicas (Valenta et al., 2020).

Os centros de educação especial também contribuem para a criação de documentos especializados para decisões sistêmicas no campo da educação inclusiva, contribuem para a orientação metodológica do corpo docente e criam materiais educacionais e didáticos adaptados aos alunos com deficiência. Seu trabalho é, portanto, multifacetado e visa não apenas trabalhar diretamente com a criança, mas também moldar o clima inclusivo da escola como um todo.

Do ponto de vista da pedagogia inclusiva, o trabalho do centro de educação especial é um suporte profissional indispensável que garante que a inclusão não seja apenas um processo formal, mas que seja efetivamente implementada com respeito às possibilidades e limites individuais do aluno. É graças à sua especialização, consistência no processo de diagnóstico e intervenção e à sua capacidade de estabelecer uma estreita cooperação com professores e famílias que estes centros estão a tornar-se importantes portadores da qualidade da educação inclusiva na República Checa (Slowík, 2022).

O papel e a participação do pessoal docente e de outros serviços de aconselhamento nos centros de aconselhamento escolar

As funções e a distribuição de funções dentro do serviço de aconselhamento escolar são baseadas no programa de aconselhamento de cada escola. Por esse motivo, as funções de cada conselheiro escolar podem variar ligeiramente de escola para escola.

Conselheiro educacional: atualmente, um conselheiro educacional é tipicamente um professor com uma quantidade significativa de experiência de ensino e uma qualificação

universitária subsequente obtida por meio de estudos de pós-graduação especializados. (Opekarová, 2010) Dependendo do número de alunos na escola, o escopo das atividades de ensino direto do professor responsável pela função de orientador educacional é reduzido de uma a cinco horas por semana, de acordo com a Seção 3 do Regulamento Governamental nº 75/2005 Coll, (Puškinová in Mertin & Krejčová, 2020; Ondráčková in Knotová, 2014).

No ambiente escolar, tradicionalmente é fornecido aconselhamento de carreira e aconselhamento no campo de escolha de estudos adicionais e preparação para a futura profissão. Além disso, esta posição na escola geralmente coordena o apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais e, em conexão com isso, também facilita o contato mútuo e a cooperação dos professores entre a escola, a família do aluno e os centros de aconselhamento escolar ou outras entidades (Slowík, 2022).

Ondráčková (in Knotová, 2014) acrescenta às demais atividades do orientador pedagógico o cuidado de alunos em risco de reprovação e superdotados, resolvendo problemas relacionados à frequência escolar no sentido de faltas altas ou injustificadas do aluno, bem como resolvendo situações-problema e infrações graves às regras escolares (entre outros, dificuldades educacionais, medidas disciplinares e comitês educacionais). O apoio por meio de aconselhamento é fornecido por conselheiros para ajudar os alunos a assumir o controle de suas vidas, formar suas próprias opiniões, tomar decisões e resolver seus próprios problemas. Espera-se que esses cargos apliquem seus conhecimentos e habilidades para lidar com crises escolares relacionadas a uma variedade de problemas e patologias sociais nas escolas, bem como na promoção da saúde mental, do sucesso acadêmico dos alunos e do desenvolvimento de crianças talentosas (Akdemir, 2023).

Assim, as tarefas básicas desta posição de aconselhamento incluem também o acompanhamento dos alunos com dificuldades educativas ou de aprendizagem e a ação preventiva para lidar com as influências negativas no desenvolvimento pessoal e social dos alunos, como o bullying, o abuso de substâncias, a criminalidade ou o comportamento problemático (Opekarová, 2010). Por último, mas não menos importante, o conselheiro educacional fornece aconselhamento não apenas para alunos e pais, mas também coopera com professores e administração escolar. Para além das atividades acima referidas, o conselheiro está à disposição dos professores e da direção escolar, principalmente no âmbito da orientação metodológica e em algumas formas de formação de professores.

Além disso, o cargo coopera com organizações externas, como instalações de aconselhamento escolar, centros de atendimento educacional, autoridades sociolegais de proteção à criança e outras organizações não governamentais sem fins lucrativos cujas atividades estão relacionadas às atividades da escola (Krejčová in Beranová, 2014). Do ponto de vista dos educadores, os orientadores podem ser um apoio eficaz na educação se se comunicarem e cooperarem ativamente para ajudar os alunos a alcançar o sucesso acadêmico. (Foxx et al.,

2016). No entanto, o resultado do aconselhamento está relacionado a muitos outros fatores, como questões éticas, as qualificações desses conselheiros, a experiência na prática docente e o status socioeconômico da escola (Zhu, 2023).

Metodologista de prevenção escolar: é um professor que, como o conselheiro educacional, é nomeado para o cargo pelo diretor da escola (Burdová, 2019). Se o metodologista de prevenção exercer as suas atividades numa escola pública, tem direito a um complemento de especialização de uma a duas mil coroas por mês após a conclusão com aproveitamento dos estudos de especialização, nos termos do artigo 133º da Lei n.º 262/2006 do Código do Trabalho, na sua redação atual. O metodologista de prevenção concentra suas atividades principalmente na prevenção de fenômenos social-patológicos nas escolas e também implementa o programa mínimo de prevenção da escola.

No campo das atividades de prevenção, concentra-se nas questões de evasão escolar, vícios, vandalismo, violência, abuso sexual, comportamento criminoso, automutilação, racismo, xenofobia e outras manifestações de comportamento de risco. É também responsável pela integração de elementos multiculturais no processo educativo e dedica-se a trabalhar com alunos com uma língua materna diferente ou de um contexto sociocultural diferente (Kendíková, 2017). De acordo com a legislação acima mencionada que regula as competências dos conselheiros nas escolas, esta posição está, entre outras coisas, interessada no apoio metodológico e orientação dos professores no campo dos comportamentos de risco e na coordenação da cooperação com as autoridades governamentais estaduais e locais ou outras instituições profissionais que lidam com a prevenção de fenômenos socialmente patológicos.

Educador especial escolar: no contexto da tendência para uma abordagem inclusiva e esforços simultâneos para criar condições ótimas para alunos com necessidades educativas especiais, a importância de envolver os educadores especiais escolares no sistema de serviços de aconselhamento prestados pela escola está a ser cada vez mais promovida nas escolas. A posição dos educadores especiais no sistema escolar mudou, portanto, ao longo do tempo, de seu papel exclusivo original na educação especial. Ora, esta profissão é percebida no ambiente escolar como um especialista, ou seja, educador especial escolar, que também desempenha a sua função de forma insubstituível nos centros de aconselhamento escolar (Čech & Hormandlová, 2020; Šafrová in Knotová, 2014).

Como já indicado, o educador especial escolar geralmente fornece a agenda relacionada aos alunos com necessidades educacionais especiais e coordena o aconselhamento de educação especial na escola. Além disso, esta posição identifica os alunos com necessidades educativas especiais, realiza atividades de diagnóstico e intervenção sob a forma de diagnóstico e cuidados de educação especial (reeducação e compensação), participa no desenvolvimento de um plano educativo individual e medeia o contacto entre os centros de aconselhamento escolar e a escola no exame abrangente e na avaliação da eficácia das medidas de apoio aos

alunos. Uma parte integrante do trabalho é também o fornecimento de materiais ou ajudas especiais e didáticas, comunicação com os representantes legais dos alunos e outros profissionais interessados. O papel do educador especial é também um suporte metodológico para os professores na educação dos alunos (Čech & Hormandlová, 2020; Kucharská et al., 2013).

No contexto da prática escolar, verifica-se que as possibilidades de apoio educativo especial no ambiente escolar primário são mais amplas, podendo este apoio servir todas as crianças e alunos sem distinção — mesmo sem passar por um exame pedagógico-psicológico, o que normalmente leva à atribuição ou não da condição de aluno com necessidades educativas especiais (Najmonová et al., 2023). Assim, o educador especial dedica sua atenção e apoio não apenas aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas a todos os alunos. Contudo, a descrição específica do cargo pode variar de escola para escola, dependendo principalmente do tamanho da escola, da composição dos alunos na escola e do número de alunos com necessidades educacionais especiais, da composição específica da unidade de aconselhamento escolar e da divisão de funções entre cargos de aconselhamento e das competências e experiência profissional do educador especial escolar.

As atividades do trabalho deste cargo dependem também das diversas especificidades e necessidades da escola, dos professores, dos alunos e dos seus representantes legais. É evidente que a importância dos educadores especiais escolares nas escolas é crescente, especialmente devido às estratégias educativas inclusivas aplicadas no âmbito da educação comum e à necessidade logicamente resultante de os educadores adquirirem mais informações sobre os problemas específicos dos alunos com necessidades educativas especiais e práticas educativas adequadas (Tomková et al., 2020). Embora atualmente haja uma alta necessidade perceptível de apoio a essas posições no ambiente educacional, de acordo com Slowik (2022), elas ainda não são suficientemente fornecidas de forma sistêmica nas escolas regulares.

Psicólogo Escolar: embora cada vez mais escolas reconheçam a importância dessa posição de consultor e percebam sua contribuição para o sistema escolar, ainda existem muitas escolas que carecem de psicólogos escolares. Devido ao menor número de psicólogos escolares na prática, há também uma falta de experiência dos professores em colaborar e usar a posição de psicólogos em benefício da prevenção e resolução de problemas para alunos, equipes de sala de aula e professores (Čech & Hormandlová, 2020; Tomková et al., 2020). No entanto, os psicólogos escolares podem auxiliar os professores em muitos aspectos. Štech e Zapletalová (2013) listam as áreas que dominam a gama de atividades do psicólogo ao trabalhar com professores.

Estas incluem assistência na resolução de problemas de ensino e aprendizagem dos alunos, incluindo apoio aos professores no trabalho com alunos com necessidades educativas especiais, assistência na resolução de dificuldades educativas dos alunos e fenômenos como o absentismo escolar, o bullying ou o abuso de substâncias e, por último, assistência

sob a forma de consultas individuais e em grupo ou de seminários educativos ou palestras para professores. O apoio destas posições nas escolas pode ajudar os professores a concentrarem-se no trabalho direto com os alunos durante as aulas, a demonstrarem resiliência face aos desafios da profissão docente e, em última análise, a trabalharem eficazmente para melhorar o processo de aprendizagem e o bem-estar mental dos próprios alunos (Gray et al., 2017).

No âmbito do trabalho com os alunos, o psicólogo realiza, em particular, intervenção e diagnóstico de dificuldades de aprendizagem e educativas, rastreio e acompanhamento psicológico de crianças com vários tipos de problemas (incluindo manifestações de dificuldades específicas de aprendizagem, sobredotação, patologias sociais ou necessidades educativas especiais em geral), intervenções em sala de aula, aconselhamento de carreira, e ainda presta intervenção psicológica de crise e aconselhamento na área da relações interpessoais dos alunos na escola e na família (Braun et al., 2014; Tomková et al., 2020).

Uma parte essencial do trabalho do psicólogo escolar também é trabalhar com a equipe da sala de aula, identificando o clima social da sala de aula e trabalhando para promover um ambiente social positivo em relação a todos os alunos da escola (Magerová & Řehulka in Bartoňová et al., 2019). O âmbito de trabalho dos psicólogos escolares está geralmente consagrado na legislação, mas, na prática, caracteriza-se por uma variedade relativamente grande e uma vasta gama. A carga de trabalho real desta posição de aconselhamento é determinada por treinamento específico, habilidades, interesses profissionais, bem como o ambiente escolar e requisitos específicos da escola (Lazarova et al., 2017).

Vozková e Vanek (2018) também chamam a atenção para a concepção diversificada dos papéis dos psicólogos escolares não apenas no contexto das diferentes necessidades das escolas, mas também no contexto da legislação de diferentes países. Tendo em conta as atividades específicas que os psicólogos escolares exercem, bem como a crescente incidência de problemas psicológicos graves que excedem os problemas educativos nas escolas, Gajdošová e Valihorová (2019) nomearam os papéis e competências profissionais destes cargos no ambiente escolar, que, segundo eles, incluem principalmente os papéis de conselheiro, consultor, conselheiro de carreira, promotor de saúde mental e inclusão, e especialista na implementação de atividades de diagnóstico, prevenção e intervenção.

Nessas funções, o psicólogo escolar trabalha com alunos, professores, gestão escolar, pais e outros profissionais. Os psicólogos escolares estão em uma posição ideal para usar seus conhecimentos e habilidades dentro do ambiente escolar para apoiar efetivamente não apenas os alunos e seu sucesso acadêmico, mas também os educadores e sua saúde mental. Ao fazer isso, os psicólogos escolares também podem promover o crescimento de um clima escolar positivo e geral (Gray et al., 2017).

Estudos que examinaram sistemas escolares eficazes enfatizam a importância do desenvolvimento profissional contínuo para professores e a disponibilidade de serviços de apoio (Mølster & Nes, 2018; Nemejc et al., 2019; Ramos & Andrade, 2014).

DISCUSSÃO

No contexto da educação inclusiva, é crucial reforçar sistematicamente a cooperação funcional entre os centros de aconselhamento escolar, os conselheiros escolares e o corpo docente. O funcionamento eficaz dessas relações é um pré-requisito para garantir um suporte tranquilo para alunos com diversas necessidades de aprendizagem. Os centros de aconselhamento psicológico-educativo, os centros de educação especial e os centros de cuidados educativos dispõem de instalações especializadas que podem contribuir significativamente para a identificação, diagnóstico e intervenção precoces em nome dos alunos. Todavia, este potencial só pode ser plenamente explorado se a cooperação entre as instituições profissionais e as escolas estiver ancorada numa comunicação regular, aberta e de confiança.

Em termos da dinâmica interna do ambiente escolar, é desejável criar um espaço de partilha de experiências entre o pessoal de aconselhamento escolar e o corpo docente. Reuniões interprofissionais organizadas regularmente, workshops profissionais, supervisão ou conferências de casos podem contribuir para isso. Igualmente importantes são as formas informais de cooperação, como atividades de formação de equipes, que promovem a coesão da equipe e criam um ambiente seguro para compartilhar abertamente as dificuldades e encontrar soluções comuns. Essa cultura colaborativa é um pré-requisito para a prevenção de qualidade e a intervenção precoce em caso de problemas educacionais, de aprendizagem e psicossociais dos alunos.

Um aspecto importante do apoio à educação inclusiva é também a melhoria sistemática das competências profissionais do pessoal docente. Um ambiente inclusivo exige muito dos professores, tanto em termos de conhecimentos profissionais quanto de habilidades para diferenciar o ensino, trabalhar com grupos diversos, criar medidas de apoio e se comunicar efetivamente com os pais. Os centros de aconselhamento escolar devem, portanto, desempenhar um papel importante na implementação de orientações metodológicas para professores, oferecendo consultas, materiais metodológicos práticos ou participando do desenvolvimento de programas educacionais focados em abordagens inclusivas. Especialmente os professores novatos, que muitas vezes enfrentam altos níveis de incerteza e sobrecarga, precisam de apoio acessível e direcionado para permitir que eles lidem com sucesso com a prática inclusiva.

A prática também mostra a necessidade de um envolvimento mais intensivo dos centros de aconselhamento escolar no planeamento estratégico para o desenvolvimento escolar.

Devido à sua experiência interdisciplinar e ao contacto próximo com alunos, professores e pais, as instituições de orientação têm uma visão única das necessidades específicas da comunidade escolar. A sua participação no desenvolvimento dos currículos escolares, nos conceitos de inclusão ou no planeamento de medidas preventivas deve, por conseguinte, ser não só desejável, mas diretamente apoiada de forma sistémica. A este respeito, é importante reforçar o papel dos peritos como participantes activos na gestão escolar, e não apenas como prestadores de serviços externos.

Do ponto de vista da gestão da qualidade do trabalho dos centros de aconselhamento escolar, é aconselhável introduzir um feedback sistemático, tanto para o pessoal profissional como para as escolas enquanto destinatários dos serviços. Avaliações regulares da eficácia do apoio, avaliações formativas de desempenho das equipes de orientação e oportunidades de desenvolvimento profissional e remuneração devem fazer parte da gestão padrão dessas instalações. Além disso, deve procurar-se uma maior transparência e clareza sobre as funções e competências do pessoal de orientação. Funções e responsabilidades claramente definidas ajudam a evitar confusão no trabalho com os professores e também promovem o uso eficaz da capacidade profissional em benefício da inclusão.

A disponibilização sistémica e a estabilização do financiamento dos serviços de aconselhamento, incluindo uma solução a longo prazo para a questão da obrigação de preencher determinados cargos, também continuam a ser um grande desafio. Investir em recursos humanos, sua formação profissional e educação continuada é condição necessária para a sustentabilidade e o desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo de qualidade. Para que os centros de aconselhamento escolar desempenhem verdadeiramente as suas funções, necessitam não só de profissionais competentes, mas também de apoio institucional e financeiro adequado.

CONCLUSÃO

Um sistema funcional de escola e aconselhamento escolar é um elemento indispensável no apoio à educação inclusiva. O papel de profissionais como educadores especiais escolares, psicólogos, orientadores e metodologistas de prevenção vai muito além do apoio individual aos alunos. Esses profissionais ajudam a criar um ambiente em que a diversidade é respeitada, construindo um clima de confiança e parceria entre escola, família e comunidade. São frequentemente os agentes de mudança que conduzem a um sistema escolar mais aberto aos alunos com necessidades específicas de aprendizagem, bem como aos alunos em risco de insucesso escolar, exclusão social ou sofrimento psicológico.

Ao mesmo tempo, porém, é importante notar os muitos desafios que acompanham esta área - capacidade insuficiente de pessoal, disponibilidade regional desigual de serviços e,

por vezes, um desfasamento entre o quadro legislativo e a prática nas escolas. A investigação e a reflexão profissional apontam para a necessidade de desenvolver a cooperação interdisciplinar, de assegurar o desenvolvimento profissional sistemático dos conselheiros escolares e de cultivar os centros de aconselhamento escolar como partes funcionais do ambiente escolar. É essencial que as escolas e os serviços de orientação sejam vistos como parceiros e não como mundos separados. Esta interdependência deve ser apoiada não só legislativa e metodologicamente, mas sobretudo na prática — por exemplo, através da partilha de boas práticas, da garantia de recursos financeiros e humanos suficientes e do desenvolvimento das capacidades das equipas escolares.

Os centros de aconselhamento escolar devem ter espaço suficiente para trabalhar com indivíduos, mas também para intervir ao nível dos coletivos de sala de aula e das comunidades escolares. Não basta que seus serviços estejam formalmente disponíveis - sua utilidade real depende da qualidade do relacionamento entre conselheiros, professores e líderes escolares. Também é verdade que os serviços de orientação não podem substituir as deficiências do sistema, mas devem ser parte integrante e respeitada do mesmo. A ênfase na sua experiência profissional, competências claramente definidas e condições de trabalho realistas é um pré-requisito para garantir que o sistema de orientação não seja apenas um mecanismo de apoio administrativo para a comunicação de medidas de apoio, mas uma verdadeira ajuda para aqueles que mais precisam.

No futuro, a escola e os centros de aconselhamento escolar devem ser vistos como locais de crescimento profissional, trabalho em equipe e inovação. É aqui que podem nascer estratégias que levarão a uma maior inclusão, prevenção do fracasso e fortalecimento do bem-estar psicológico de todos os atores educacionais. Para que tal aconteça, é essencial reforçar a ancoragem sistémica do trabalho de aconselhamento, articulá-lo com outros segmentos de apoio - incluindo os serviços sociais e de saúde — e, por último, mas não menos importante, criar um quadro estável para o desenvolvimento profissional contínuo de todos os profissionais que trabalham neste domínio. Somente nessas condições o sistema de orientação pode cumprir sua missão — ser um verdadeiro apoio às escolas no atendimento a todos os alunos, independentemente de suas necessidades, habilidades ou situação de vida.

REFERÊNCIAS

- Akdemir, A. (2023). *School guidance & counseling in the 21st century: A focused review*. ISPEC International Journal of Social Sciences & Humanities, 7(4), 994–1002. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10437673>
- Bačová, V. (2024). Developing a safe learning environment in primary-level innovative schools in the Czech Republic. *International Journal of Primary, Elementary and Early Years Education*, 1–11. <https://doi.org/10.1080/03004279.2024.2410482>
- Braun, R., Marková, D., & Nováčková, J. (2014). *Praktikum školní psychologie*. Portál.
- Burdová, E. (2019). *Rukověť školního metodika prevence*. Vzdělávací institut Středočeského kraje. <https://pppaspc-ok.cz/images/Rukovet-SMP.pdf>
- Clough, P., & Corbett, J. (2005). *Theories of inclusive education*. Paul Chapman Publishing.
- Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD). (2006). *United Nations Treaty Collection*. <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>
- Čech, T., & Hormandlová, T. (2020). *Profesní obraz školního speciálního pedagoga v podmírkách základní školy*. Univerzita Palackého v Olomouci.
- Daněk, A., & Klugerová, J. (2023). Inclusive education as an instrument for preventing social exclusion. *ALTA: Journal of Interdisciplinary Research*, 13(2), 142–144. <https://doi.org/10.33543/j.1302.142144>
- Decree No. 27/2016 Coll. Public notice about education of pupils with special education needs and talented pupils. *Collection of Laws of the Czech Republic*.
- Decree No. 72/2005 Coll. On the provision of counselling services in schools and school counselling facilities (as amended). *Collection of Laws of the Czech Republic*.
- Foxx, S. P., Baker, S., & Gerler, E. (2016). *School counseling in the 21st century*. Taylor and Francis.
- Gajdošová, E., & Valihorová, M. (2019). Profesijné role a profesijné kompetencie školských psychológov v súčasnej škole. *Školský psychológ/Školní psycholog*, 20(2), 22–33. <https://journals.muni.cz/skolnipsycholog/article/view/13095/11332>
- Government Regulation No. 75/2005 Coll. Government regulation on the determination of the scope of direct teaching, direct educational, direct special pedagogical and direct pedagogical-psychological activities of pedagogical workers. *Collection of Laws of the Czech Republic*.

- Gray, C., Wilcox, G., & Nordstokke, D. (2017). Teacher mental health, school climate, inclusive education and student learning: A review. *Canadian Journal of School Psychology*, 58(3), 203–210. <https://doi.org/10.1037/cap0000117>
- Hájková, V., & Strnadová, I. (2010). *Inkluzivní vzdělávání: Teorie a praxe*. Grada.
- Individuals with Disabilities Education Act (IDEA). (1990). United States Department of Education. <https://sites.ed.gov/idea/>
- Kendíková, J. (2017). *Asistent pedagoga*. Raabe.
- Krejčová, L. (2014). Evaluace práce výchovného poradce. In E. Beranová (Ed.), *Metodický průvodce výchovného poradce: Praktické náměty pro výchovné a kariérové poradce na základních školách*. Raabe.
- Kucharská, A., Mrázková, J., Wolfová, R., & Tomická, V. (2013). *Školní speciální pedagog*. Portál.
- Law No. 109/2002 Coll. Act on the implementation of institutional education or protective education in school facilities and on preventive educational care in school facilities and on amendments to other acts. *Collection of Laws of the Czech Republic*.
- Law No. 262/2006 Coll. Labour Code Act. *Collection of Laws of the Czech Republic*.
- Law No. 561/2004 Coll. Law about preschool, primary, high school, higher specified and other education (School Act). *Collection of Laws of the Czech Republic*.
- Law No. 82/2015 Coll. Law changing Law No. 561/2004 Coll. (School Act). *Collection of Laws of the Czech Republic*.
- Lazarová, B., Hloušková, L., Pol, M., & Trnková, K. (2017). Proměny práce školních psychologů v proinkluzivně naladěných školách. *Pedagogická orientace*, 27(2), 287–307. <https://doi.org/10.5817/PedOr2017-2-287>
- Magerová, J., & Řehulka, E. (2019). Role školního psychologa v inkluzivní škole. In M. Bartoňová et al., *Školní speciální pedagog a školní psycholog v inkluzivní škole...* Masarykova univerzita.
- Mapa vzdělávání. (2023). *Proč záleží na personálním zabezpečení*. <https://mapavzdelavani.cz/personalni-zabezpeceni>
- Michalík, J., Baslerová, P., & Růžička, M. (2018). *Postoje pedagogických pracovníků k vybraným aspektům společného vzdělávání*. Univerzita Palackého v Olomouci.
- Mølster, T., & Nes, K. (2018). To what extent does information and communication technology support inclusion in education of students with learning difficulties? *Universal Journal of Educational Research*, 6, 598–612. <https://doi.org/10.13189/ujer.2018.060403>

- Najmonová, M., Vítečková, M., Faltová, M., Horváthová, D., Ilko, V., Jánová, H., ... & Óskarsdóttir, E. (2023). *Praxe v uplatňování inkluzivních přístupů...* Pedagogická fakulta, Jihočeská univerzita v Českých Budějovicích.
- Najmonová, M., Lietavcová, M., & Vítečková, M. (2023). *Spolupráce mateřské školy se školským poradenským zařízením.* Pasparta.
- Němejc, K., Smékalová, L., & Kříž, E. (2019). A reflection of the quality of education in the use of teaching aids and the importance of lifelong learning. *Rural Environment Education Personality (REEP)*, 12, 94–103. <https://doi.org/10.22616/REEP.2019.012>
- Ondráčková, L. (2014). Školní poradenské pracoviště. In D. Knotová (Ed.), *Školní poradenství.* Grada.
- Opekarová, O. (2010). *Kapitoly z výchovného poradenství: Školní poradenské služby.* Univerzita Jana Amose Komenského.
- Pivarč, J. (2020). *Na cestě k inkluzi: Proměny pedagogických procesů...* Univerzita Karlova, Pedagogická fakulta.
- Puškinová, M. (2020). Legislativa. In V. Martin & L. Krejčová, *Výchovné poradenství.* Wolters Kluwer.
- Ramos, S., & Andrade, A. (2014). ICT in Portuguese reference schools for the education of blind and partially sighted students. *Education and Information Technologies*, 21, 625–641. <https://doi.org/10.1007/s10639-014-9344-6>
- Růžička, M., Pastieriková, L., Smolíková, M., Fialová, K., & Baslerová, P. (2020). *Speciální pedagog a další aktéři školního poradenského pracoviště ve společném vzdělávání.* Univerzita Palackého v Olomouci.
- Slowík, J. (2022). *Inkluzivní speciální pedagogika.* Grada.
- Stárek, L., Klugerová, J., & Kocurová, M. (2021). Options of support for primary schools' pupils with mental disabilities in the Czech Republic. *Revista on Line de Política e Gestão Educacional*, 25(3), 2552–2566. <https://doi.org/10.22633/rpge.v25i3.15841>
- Šafrová, A. (2014). Školní speciální pedagog. In D. Knotová (Ed.), *Školní poradenství.* Grada.
- Štěch, B., Mažgon, J., & Mrvar, P. G. (2023). "Sometimes I really need the school counselling service": Some aspects of school counsellor–teacher collaboration. *International Journal of Learning, Teaching and Educational Research*, 22(2), 207–227. <https://doi.org/10.26803/ijlter.22.2.12>
- Štěch, S., & Zapletalová, J. (2013). *Úvod do školní psychologie.* Portál.

Team of Authors. (2017). *Framework educational program for basic education*. Ministry of Education, Youth and Sports of the Czech Republic.

Tomková, A., Hejlová, H., Procházka, M., & Najmonová, M. (2020). *Spolupráce učitele s dalšími odborníky v realitě společného vzdělávání*. Jihočeská univerzita v Českých Budějovicích, Pedagogická fakulta.

Valenta, M., Krejčová, L., & Hlebová, B. (2020). *Znevýhodněný žák: Deficity dílčích funkcí a oslabení kognitivního výkonu*. Grada.

Vítková, M. (Ed.). (2007). *Integrativní speciální pedagogika: Integrace školní a sociální*. Středisko pro pomoc studentům se specifickými nároky.

Vozková, A., & Vanek, M. (2018). Two school psychologist in the same school: is 0,5 +0,5 greater, less than or equal to 1? *Školský psycholog/Školní psycholog*, 19(1), 24–32. <https://journals.muni.cz/skolnipsycholog/article/view/12211/10637>

Zhu, X. (2023). Assessing the effectiveness of psychological counselling in educational settings: A literature review. *International Conference on Economics, Management Engineering and Education Technology*, 234–238. <https://doi.org/10.25236/icemeet.2023.046>

.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não.

Financiamento: Esta pesquisa não recebeu nenhum apoio financeiro.

Conflitos de interesse: Não há conflito de interesse.

Aprovação ética: O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa.

Disponibilidade de dados e material: Os dados e materiais utilizados no trabalho não estão disponíveis publicamente para acesso.

Contribuições dos autores: Cada autor contribuiu igualmente.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação

Revisão, formatação, normalização e tradução

